



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

## O ENSINO TÉCNICO NO BRASIL E SUAS IMPLICAÇÕES: UMA ABORDAGEM A PARTIR DO CURRÍCULO DE GEOGRAFIA DO CETEP, CAETITÉ-BA, 2011

Edilélio Santos Silva  
(UESB)

Nájyla Betrine Batista Chagas<sup>610</sup>  
(UESB)

Glauber Barros Alves Costa\*\*  
(UESB)

### RESUMO

Neste trabalho é abordado o contexto do ensino de Geografia no Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo, Caetité-Ba, evidenciando o ensino de Geografia por meio da análise do Currículo de Geografia. É traçado um histórico do Ensino Técnico/Profissional no Brasil, em seguida, a análise curricular de Geografia nos cursos técnicos, bem como a geografia como fator de construção dos sujeitos políticos atuantes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino de Geografia, Ensino Técnico, Currículo.

### INTRODUÇÃO

A implantação do ensino tecnicista integrado às escolas de nível médio, no Brasil, a fim de formar uma mão de obra que responda ao modelo neoliberal de produção, levou a investigar como é praticado o ensino de Geografia nos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo, Caetité-Ba. Como procedimentos técnicos de coleta e análise de dados, realizaram-se pesquisas bibliográficas, haja vista que, ela

---

<sup>610</sup>Graduandos em Licenciatura em Geografia e Bolsistas de Iniciação à Docência (PIBID) pela UNEB/Campus VI-Caetité/BA. E-mail: betrinegeo@hotmail.com.

\*\*Professor Assistente UNEB/Campus VI, Mestre em Educação UFS. E-mail: glauberbarros@hotmail.com.br.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

“permite ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2002, p.45).

A pesquisa provoca a análise da proposta curricular para o ensino de Geografia no CETEP, uma vez que, a avaliação da documentação indireta, de acordo com Gil (2008, p. 51) “[...] vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.” Neste sentido, a apreciação curricular é imprescindível para que não sejam tomados posicionamentos inaplicáveis.

A seleção do material a ser utilizado é resultante, principalmente de leituras e discussões realizadas no PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) “Geografando no Ensino Médio”. “O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar publicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações.” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.158)

Propõe-se assim discutir o Ensino Técnico numa perspectiva de implantação e desenvolvimento de uma cadeia global mediante impulso do crescimento do país, e, analisar, numa perspectiva local, o currículo do ensino de geografia nos cursos profissionalizante do CETEP e, como esse documento compreende o ensino de geografia. Assim, foram utilizadas obras que abordassem sobre as políticas educacionais brasileiras no que diz respeito ao Ensino Técnico, o ensino de Geografia, o papel do Estado e como está organizado o currículo de geografia do CETEP.

A sociedade em suas bases tem sua existência calcada na conversão da primeira natureza em produtos por meio do trabalho social, entretanto, não podemos considerar somente isso, bem como o vínculo existencial entre formação espacial e formação econômico-social, uma vez que, é por meio dessa inter-relação que o espaço é produzido e organizado, permitindo pensar numa totalidade. Neste sentido, a técnica se incorpora no princípio de intencionalidade e, portanto de



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

racionalidade que dá início ao que Ruy Moreira (2007) caracteriza como um “[...] processo que (des)ambientaliza, (des)territorializa e (des)enraíza as comunidades humanas em sua relação com o seu entorno geográfico.” (p. 84)

É na educação que o sistema capitalista encontra seu aparelho reprodutor; tanto onde ela não está presente quanto onde ela se estrutura da forma mais conveniente à manutenção da hierarquia social e para reprodução ampliada do capital.

[...] sobre o contexto da instalação dessa modalidade de ensino no Brasil, nos remetemos ao início do século XX, mais precisamente em 1909, ano que por meio de um decreto o então Presidente Nilo Peçanha cria 19 Escolas e Aprendizes Artífices no país [...] Os filhos da elite brasileira, ao contrário das classes trabalhadoras, recebiam uma educação propedêutica voltado para a formação dos dirigentes da sociedade. (ALMADA E GONÇALVES, 2012, p.2)

Está arraigada desde o processo histórico de formação do Brasil a educação igual para os economicamente iguais, manifestando na sociedade a formação de uma minoria que “pensa” e em uma maioria que apenas “executa”, ficando ainda mais vulneráveis à dominação e submissão. Como diz Pereira, citado por Almada e Gonçalves (2012, p.2)

A princípio não era interessante oferecer a grande classe trabalhadora escolas profissionalizantes que construíssem o saber propedêutico, pois, durante muitos séculos, saber ler, escrever e contar constitui um privilégio das classes dominantes porque têm poder e o desejam conservar.

Contextualizando, a década de 30 teve como marco a crise global da economia e a crise do café estimulando a superação do Brasil de instância agrícola para a instância como setor líder de crescimento da economia, o que veio a se tornar tema de embate. Até então a educação tinha um perfil voltado para a elite e,



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

com a necessidade de mão-de-obra qualificada, o ensino superior ganha um forte concorrente.

O discurso dominante na educação passou a exaltar o trabalho como categoria chave, objetivando a preparação de uma grande massa produtiva e empregando todos os esforços no sentido de afirmar uma nova concepção de educação [...], ou seja, uma educação voltada para o trabalho. (GUILIANI; PEREIRA, 1998, p.405)

No entanto, o investimento no ensino técnico não se estancou nessa instância. Por volta da década de 40 com a implantação da Lei Orgânica do Ensino Industrial, cria-se o SENAI e o SENAC, assim, com incentivo do Governo Federal, fica a cargo das empresas o custeio do serviço prestado pelo sistema nacional de aprendizagem. Entretanto, há de se destacar que havia um interesse maior, uma vez que estes cursos eram destinados à classe menos favorecida, para que assim inviabilizasse a inserção desses personagens no ensino superior.

No período da década de 50, após mobilizações e reivindicações às reformas de base na sociedade, é promulgada a 1ª LDBEN, por meio dela a educação no Brasil avançou mais um passo, uma vez que possibilitava o acesso ao vestibular a estudantes de qualquer curso, além de possibilitar a migração para outro curso, no entanto, ainda continua a mesma relação entre educação e trabalho. Segundo Kuenzer(1988, p.8)

Inexistência de articulação entre o mundo da “educação”, que deve desenvolver as capacidades intelectuais independentemente das necessidades do sistema produtivo, e o mundo do trabalho, que exige o domínio de funções operacionais que são ensinados em cursos específicos, de formação profissional.

Para compreender esta relação trabalho-educação, antes há a necessidade de se compreender o funcionamento da Teoria do Capital Humano (década de 60 e 70) que indica uma ligação entre desenvolvimento e superação da desigualdade



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

social mediante qualificação. Assim, a educação é entendida como investimento na qualificação profissional. Nessa perspectiva, acrescenta-se uma característica comum na década de 50 (sistema Fordista<sup>611</sup>), quando houve uma modernização da economia sobre o perfil da mão-de-obra, a demanda de trabalhadores qualificados por parte dos setores mais dinâmicos e, é também marco desse período o jogo de alianças de alguns setores, provocados pelo poder político envolvido na economia.

A década de 60 (sistema Toyotista<sup>612</sup>), caracterizada principalmente pela abertura da economia para o exterior, resultando numa condição econômica e política calcada numa aliança entre forças armadas, capital internacional e capital nacional, nesse contexto, a falta de mão-de-obra foi considerada o principal motivo da crise econômica, impulsionando assim o governo militar a buscar na formação profissionalizante a solução para o mercado de trabalho. Nessa perspectiva, a qualificação era o caminho certo, uma vez que aumentando a produção elevar-se-iam os salários (Teoria do Capital Humano).

Em suma, a Teoria do Capital Humano mostrou-se como um dos elementos constitutivos e reforçador da tendência tecnicista da Educação no Brasil. Com o significado político de “valor econômico da educação”, a referida teoria passou a ser decisiva no ponto de vista do desenvolvimento da economia. (GUILIANI; PEREIRA, 1998, p. 408)

Em seguida, por volta dos anos 70 sob influência reprodutivista, a educação ficou subordinada ao desenvolvimento econômico, a serviço do sistema capitalista, isto é, da classe empresarial. Com efeito, a qualificação da força de trabalho contribuiria no incremento da mais valia, reforçando a exploração. Desta forma,

---

<sup>611</sup> Desenvolvido por Henri Ford (1841-1925), resultando na construção da linha de montagem em série nas fábricas de automóveis na cidade de Detroit em 1913. Baseava-se na extrema simplificação e uniformização do trabalho elevando o controle do ritmo previamente determinada numa sequência de mãos. (PINTO, 2010)

<sup>612</sup> O método desenvolvido pela *Toyota Motor Company*, no Japão (desde a década de 1950) resultou-se numa tentativa de minimizar os custos da produção, procura contratar trabalhadores versáteis, capazes de desempenhar múltiplas funções no decorrer das etapas do processo produtivo. (PINTO, 2010)



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

após muitas reformas educacionais, a Lei 5692/71, em termos estruturais pretendeu romper com a dualidade, resultando assim em um sistema único onde todos pudessem ter acesso independente da classe social. Essa estrutura tinha como finalidade preparar para o exercício de determinada função, a de técnico de nível médio.

[...] na prática, o ensino continuou dual, pois, para obedecer à lei, maquiavam-se as escolas profissionalizantes ao se improvisarem instalações, equipamentos e professores (recorrendo aos profissionais do mercado de trabalho para ministrar as disciplinas de formação técnica). (GUILIANI; PEREIRA, 1998, p. 409)

Pretendia assim, a divisão entre trabalhadores intelectuais e manuais. Desta forma, percebe-se um ponto contraditório da escola capitalista, uma vez que ela é centrada no polo intelectual, no entanto cumpre a função de reprodução da divisão ao tempo que desqualifica o trabalho intelectual.

Nota-se que a essência e as bases em que se fundamentam os cursos técnicos não mudaram, apenas ganharam uma nova roupagem legitimada por lei e abraçada pelos iludidos no discurso da qualificação profissional, são moldados para atender somente as necessidades imediatas sem questioná-las.

Começou com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996. Um dos pontos principais da reforma é a separação da Educação Profissional do ensino regular. Com essa mudança, o ensino profissional pode ser cursado ao mesmo tempo em que o Ensino Médio, mas o aluno tem que fazer os dois cursos para receber o diploma. (Folha de S. Paulo, 19/8/99) (KUENZER, 2000, p.15)

O sistema educacional apenas se adequa a forma mais conveniente ao contexto econômico ao qual está inserido e encontra no Estado seu grande aliado, esse que sob uma proposta de educação das jovens gerações, molda uma concepção de homem e de sociedade,



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

[...] que é fruto da opção política de um grupo que ocupa o poder em decorrência da correlação de forças historicamente dada [...] a proposta para o Ensino Médio em vigor, consubstanciada na Resolução 03/98 do CNE é parte integrante das políticas educacionais [...] que por sua vez expressam uma concepção de educação orgânica ao modelo econômico em curso, versão nacional do processo globalizado de acumulação flexível. (KUENZER, 2000, p.16).

Com a transnacionalização do capital, ou seja, com o processo de globalização as mudanças adquirem também o caráter qualitativo, incorporando assim, novas tecnologias, criação de novos produtos e recriação da divisão transnacional do trabalho e mundialização dos mercados. Segundo Giuliani e Pereira (1998, p. 411),

A nova divisão transnacional do trabalho envolve a reestruturação de empresas, em conformidade com as exigências da produtividade em âmbito nacional, regional e mundial. Sob o ângulo da globalização do capitalismo, as empresas, corporações e conglomerados transnacionais sempre planejam as suas atividades com base nos rigorosos requisitos da técnica e dos recursos intelectuais acumulados.

A tendência mundial aponta para um fenômeno irreversível e com intensidade crescente, que é a globalização dos mercados, decorrentes da internacionalização da economia.

O Estado constrói as políticas educacionais e as implanta nas escolas que por sua vez acabam se adaptando. A escola da atualidade atual é fruto de políticas públicas neoliberais e não consegue transpor a negação da crítica, pelo contrário ela reafirma o que está posto. O Estado determina à escola como esta deve funcionar o que deve ensinar a partir dessas políticas neoliberais. (COSTA, 2011, p. 04-05)

Embasam, no campo educativo, a nova vulgata da pedagogia das competências e a promessa da empregabilidade. Ao individualismo do credo neoliberal somam-se os argumentos fundados no credo do pós-modernismo que



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

realçam as diferenças (individuais) e a alteridade. Uma das influências do neoliberalismo nas políticas voltadas para a sociedade consiste na propagação da qualificação profissional como único e exclusivo meio de acesso e inserção do indivíduo no mundo do trabalho.

O Estado, em parceria com os órgãos internacionais e com a adoção da teoria do Capital Humano, que dão formato às políticas educacionais, refletem a complexidade da lógica neoliberal. Reduz o ser humano a um estoque de capital destinado a autenticar a lógica mercantil capitalista, no intuito de ajudar a consolidar a sua inerente exploração humana. (PUZIOL; SILVA, 2005, p. 09)

Por isso pode-se compreender que a política de educação profissional formulada para o Brasil, confirma sua lógica de que na “sociedade do conhecimento” ela é para poucos. Nessa perspectiva, o papel de destaque da Geografia em sua função de formar cidadãos críticos, conscientes e donos de sua própria história. Mas o campo da educação é complexo, estruturado, pensado e implantado de cima para baixo em consonância aos interesses da classe dominante. E é nesse quadro que se molda os currículos dos cursos técnicos. Por isso, Pacheco (2009) define o currículo como um projeto de espaços e tempos subjetivos, onde os espaço e tempos sociais são vinculados aos sujeitos à conversação.

Segundo o Capítulo II Da Proposta Curricular, Seção I Da Estrutura Curricular Artigo 33, contido no Regimento Escolar do Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo “O currículo da Educação Básica nas etapas do ensino fundamental e do médio é formado por uma base nacional comum, uma parte diversificada e, ainda, por projetos e programas interdisciplinares comuns eletivos” (BAHIA, 2011, p. 19). Através dessa portaria percebe-se uma homogeneização dos documentos que regem a educação nacional (desconsiderando as individualidades), sendo um padrão de formação técnica que atenda as necessidades do mercado em toda parte do país.





ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

O núcleo comum é composto pelas disciplinas: Português, Matemática, Geografia, História e Biologia tendo ainda a ementa dos componentes curriculares da Formação Técnica Geral (FTG), trazem as disciplinas Biologia novamente, Filosofia-Ética e Direito do Trabalho; Filosofia-Metodologia do Trabalho Científico; Informática-Inclusão Digital; Sociologia-Organização dos Processos de Trabalho e Sociologia-Organização Social do Trabalho, como disciplinas da Formação Técnica Específica é posto “de cima para baixo” através de uma Grade Curricular, fica a cargo de cada professor de acordo ao que vai lecionar preencher os conteúdos programáticos.

Segundo Bahia (2011), no Artigo 36, “A estrutura, fundamentação e composição curricular da Educação Profissional serão disciplinadas mediante ato da Secretaria da Educação em conformidade com as normas expedidas pela União, o Conselho Nacional de Educação e o Conselho Estadual de Educação” (p.20).

A ementa do CETEP designa como “Disciplinas da Formação Técnica Específica (FTE)” aquelas exigidas por cada tipo de formação sendo elas bem fragmentadas. A fragmentação de determinado conhecimento faz com que o aluno não apreenda a noção do todo, isso faz com que eles enxerguem a realidade como algo desconexo. Essa característica é comum nos meios de produção capitalista, onde o ser humano se transforma em uma “máquina”, para executar funções determinadas, sem apoderar da totalidade a que está servindo, ou melhor, produzindo.

É nítido que, as ciências exatas têm prioridade em comparação as ciências humanas que tratam de assuntos de ordem intelectual e crítica do contexto histórico social imposto pela ordem vigente. Assim devido a seu caráter tecnicista, os currículos do CETEP enfatizam os conteúdos de ordem prática relativos ao curso técnico que o aluno está prestando, além de conhecimentos afins à grade comum que são fracionados de acordo à disciplina.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Como exemplo disso destaca-se que nas disciplinas da Formação Técnica Específica do Curso Técnico em Controle Ambiental, componentes curriculares como Aspectos e Impactos Ambientais que tratam das questões ambientais com ênfase a ação humana; Ética, Cidadania e Meio Ambiente relacionando aos princípios que regem o homem no atual contexto histórico-social; Gestão Ambiental que discute dentre outras questões o cenário econômico global e a situação das empresas frente à questão ambiental; Fundamentos da Geologia com seus temas típicos da área; Recuperação de Áreas Degradadas tratando de assuntos como erosão e conservação de solo e água; Processos Químicos Industriais que apesar do nome, trata-se do histórico que marcam o desenvolvimento industrial e seus processos, e Poluição e Controle Ambiental que tratam dos mais variados tipos de poluição, assim podemos ver que essas várias disciplinas estão intimamente relacionadas umas com as outras e que a Geografia seria de suma importância porque as críticas ao modelo capitalista de produção estão intrínsecas a essas discussões, sendo que como traz a ementa à noção de totalidade do sistema se perde e, juntamente com isso, a criticidade do aluno.

Nessa mesma linha abordam-se disciplinas como Economia e Mercado enfocando conteúdos como os modos e processos produtivos nos diferentes contextos sócio históricos, os bens e serviços de consumos e economia e globalização; Gestão e Impactos Socioambientais relacionados a todas as vertentes que englobam a questão ambiental, dando ênfase no crescimento tanto econômico quanto populacional, no Curso Técnico em Administração; além de Economia e Mercado tem-se Organização e Técnica Comercial que envolve todo o cenário do comércio, no Curso Técnico em Vendas, da mesma forma podemos perceber a desapropriação do papel da Geografia para tratar de assuntos tão pertinentes a realidade social, cultural, política e econômica do aluno, sendo que ele está sendo impulsionado a reproduzir o sistema e não sabe disso ou mesmo sabendo acha isso natural e não algo historicamente produzido pelo homem.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Para o Curso Técnico em Agroecologia traz a Educação, Legislação e Defesa Ambiental que como o próprio nome diz abordam assuntos de ordem ambiental como histórico, conceitos, princípios e práticas, resíduos sólidos, ecossistema, etc.; Desenvolvimento Sustentável e Agricultura Familiar levando em consideração os aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais da atividade familiar, organização social do trabalho e relação de produção na agricultura contemporânea, êxodo rural além dos estudos condizentes a sustentabilidade; Extensão Rural que estuda dentre outros, o histórico da extensão rural no Brasil e no Nordeste e também busca uma compreensão histórico-crítica sobre a Revolução Verde; Manejo e Conservação do Solo e Água que estão relacionados à pedologia e hidrologia, mas de forma prática e cirúrgica; e Culturas Regionais ressaltando as características climáticas da região e território de identidade; ficando evidente que esses conteúdos não são trazidos de forma sistêmica como a Geografia buscaria e sim uma forma enfadonha, descritiva com fins apenas práticos para o profissional da área executar determinadas tarefas na/da área.

Encontram-se também as disciplinas Geologia Geral; Hidrogeologia; Petrografia; Cartografia; Topografia; e Geoprocessamento, todas com sua essência do objeto de estudo que lhe é tradicionalmente comum sendo estudadas no Curso Técnico em Mineração. Já no ementário de FTE dos cursos de Técnico em Análises Clínicas, Técnico em Enfermagem não aparecem nem disciplinas correspondentes a Geografia.

## CONCLUSÕES

A potência do currículo como categoria para a compreensão das dinâmicas na produção da política do ensino técnico torna-se necessário para buscar novas formas de pensar nas possibilidades de ação dos envolvidos com o campo discursivo da Geografia. Na análise do currículo, todas as disciplinas aqui citadas



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

são compatíveis com o ensino-aprendizagem de Geografia, porém de uma forma dissociada e acrítica, papel esse conveniente às exigências do mercado. As questões de ordem produtiva e excludente arraigados ao sistema capitalista de exploração humana e ambiental, não são discutidos e muito menos desmitificados perante os alunos durante as aulas de Geografia, atendendo a formação de fins imediatos e práticos à manutenção da sociedade vigente.

Concordar com estas políticas impostas é olhar para as tradições, nomes, matizes, defesas e bandeiras da educação e da política de currículo para Geografia, e desconsiderar seus significados. Novas formas de reconstruir o mundo, a história da luta, o sujeito político, nasce da congruência entre a teoria e a prática e, neste caso, especificamente construir o ensino de geografia na prática, para a mudança. Paraphrasing Paulo Freire (1976), estudar consiste no ato de criar e recriar ideias, assim, se o processo educativo não corrobora na obtenção de aptidão para criar e recriar ideias, o indivíduo tende a consumir as ideias.

## REFERÊNCIAS

ALMADA, José Alexandre Berto de; GONÇALVES, Francisco Ednardo. **O ensino de geografia na concepção dos estudantes do ensino médio integrado**. In: <http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/viewFile/1379/600>Acesso em 11 de Setembro de 2012.

BAHIA, **Regimento escolar**. Portaria 5.872 de julho de 2011. Salvador, 2011.

COSTA, Glauber Barros Alves. Um estudo sobre as políticas educacionais contemporâneas e o ensino de Geografia. In: Anais da **X Jornada do HISTEDBR**, Vitória da Conquista. UESB, 2011.

FREIRE, Paulo, **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

- \_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GUILIANI, Antônio Carlos; PEREIRA, Maria Zuleide da Costa. Os descaminhos da educação profissional no Brasil. **Ensaio: aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.06, nº 20, jul. 1998.
- KUENZER, Acácia Zeneida. **A reforma do ensino técnico no Brasil e suas conseqüências**. Ensaio: aval. pol. públ. educ. [online]. 1998, vol.06, n.20, ISSN 0104-4036.
- \_\_\_\_\_. **O Ensino Médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito**. In: Educação & Sociedade. São Paulo: Cortez, 2000.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2007.
- PACHECO, José Augusto. **Currículo: entre teorias e métodos**. Cadernos de Pesquisa, v. 39, n. 137, maio/ago. 2009.
- PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- PUZIOL, J.K.P. e SILVA, J. A. A teoria do capital humano: uma análise dos Parâmetros curriculares nacionais para o ensino de Geografia. In: **Anais da Semana de Geografia da Universidade Estadual de Maringá**, 2005.

#### **Documentos**

- 1- Ementas da Educação Profissional, Formação Técnica Geral, Formação Técnica Específica. Caetité/ Bahia.
- 2- BAHIA, Regimento escolar. Portaria 5.872 de julho de 2011. Salvador, 2011.